



A ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E SUA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

THE ORGANIZATION OF THE COCO BABÁÇU BREAKERS AND THEIR PRODUCTION OF THE TERRITORY

Mayara Karla Silva Montenegro

Universidade Federal do Maranhão, Graduada em Ciências Humanas-História, Pinheiro, MA, Brasil
mayarakarla17@gmail.com.br

Sávio José Dias Rodrigues

Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Pós-Graduação em Geografia, Doutor em Geografia-UFC, CE, Brasil
savio.jose@ufma.br

Resumo

Este artigo foi elaborado no intuito de estabelecer a compreensão acerca da importância da existência dos movimentos sociais do campo, especialmente aqueles que deram espaço para que quebradeiras de coco se unissem e se reconhecessem enquanto agentes de transformação de sua realidade. Produzindo seu território estritamente ligado à luta junto a grupos que fortaleceram o enfrentamento de conflitos desses camponeses muitas vezes marginalizados pela sociedade capitalista e assim contribuem para que se garanta a justiça social frente às adversidades impostas.

Palavras-chave: Quebradeiras de coco babaçu. Território. Organização. PGPM. Maranhão.

Abstract

This article was designed to establish an understanding of the importance of the existence of social movements in the countryside, especially those that gave space for coconut breakers to unite and recognize themselves as agents of transformation of their reality. Producing their territory strictly linked to the struggle with groups that have strengthened the confrontation of conflicts of these peasants, often marginalized by capitalist society and thus contribute to ensure social justice in the face of the adversities imposed.

Keywords: Babassu Coconut Breakers. Territory. Organization. PGPM. Maranhão.

Introdução

O cotidiano da vida no espaço rural maranhense passa por transformações a partir de diversos processos, desde a atuação do latifúndio, mediado pelo agronegócio, e

dos grandes projetos de desenvolvimento (FERREIRA, 2008; FERREIRA, 2008, RODRIGUES, 2016), mas, também, as próprias conquistas dos movimentos camponeses organizados, como pela valorização e reconhecimento identitário de grupos camponeses e a inserção de políticas públicas de valorização econômica da economia de comunidade camponesa. Nesse sentido que buscamos analisar a organização dos grupos camponeses de quebradeiras de coco babaçu em torno das transformações dos seus territórios. Levamos em consideração as políticas públicas de valorização econômica de comunidades tradicionais, mas, sobretudo, as conquistas dessas comunidades camponesas.

Entendemos a comunidade a partir do que Brandão e Borges (2014) dizem. Para eles, comunidade pode ser definida como “a comunidade é a paráfrase do lugar-humano. É aquilo que se cria em um espaço de vida quando ali se vive, quando ali se chega ou quando para ali se vai de maneira imposta e arbitrária”.

A comunidade se liga ao conceito de povos e comunidades tradicionais. O decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 assim se refere aos termos Povos e Comunidades Tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

A partir desse entendimento acerca dos conceitos de comunidade e comunidade tradicional, refletiremos aqui em torno da produção do território das quebradeiras de coco babaçu no município de Lago do Junco, perpassando algumas de suas dificuldades enfrentadas diariamente, os conflitos, a organização da produção, cultura, etc. Ao mesmo tempo em que refletimos sobre a colocação desses grupos diante dos processos de globalização, que tem uma força diante dos territórios, sobretudo, de fragmentação.

As transformações do mundo atual, que vão desde a internacionalização dos territórios, até a velocidade dos fluxos (SANTOS, 2008), tem uma repercussão importante no fazer e no ser da vida das comunidades camponesas. O processo de globalização e, junto com ele, o avanço da tecnologia e da técnica, vem possibilitando ultrapassar barreiras que em tempos anteriores eram ainda inimagináveis. O que antes acontecia em um âmbito local-local, hoje se vivencia de modo local-global. Ou seja,

estamos interligados com tudo o que acontece no mundo numa escala sem limites. Diante desse processo de desenvolvimento, utilizamos o que Milton Santos (2006) falaria sobre o alargamento dos contextos que seriam “as novas possibilidades de fluidez que estão na base dessa formidável expansão do intercâmbio”.

Os indivíduos ao se inserirem numa perspectiva comunitária lutam e se reconhecem como agentes transformadores de sua realidade, apropriando-se do espaço de vivência e criando laços dentro do território que produzem. Criando, desse modo, espaços de representação, que se ligam aos conhecimentos compartilhados. A maneira como determinado grupo se reconhece e estabelece sua comunicação pelas aproximações de sua realidade vivida integrada ao cotidiano das pessoas que vivem e produzem dentro do território que é enriquecido pelo simbolismo que carrega.

Este artigo discorre sobre a organização das quebradeiras de coco babaçu, percebendo esses elementos citados. Entendemos que a participação popular e sua organização possibilita uma mudança dos contextos sociais de pobreza, transformando as formas de reprodução das comunidades de quebradeiras de coco babaçu. Dessa maneira, caracterizamos como no decorrer dos anos e através do enfrentamento dos conflitos, esses grupos transformaram seu território e construíram uma nova territorialidade que vêm mudando a forma com que lidam e interagem com o espaço, sua produção e a relação com o outro.

O extrativismo do babaçu é o que sustenta muitas famílias no Estado do Maranhão (VALVERDE,1957). Uma das principais discussões sobre essa temática é a privatização de terras em posse de pecuarista e donos de latifúndios (BARBOSA, 2016). Com a privatização das terras, as mulheres coletoras e quebradeiras de coco babaçu perdem o acesso aos babaçuais (FIGUEIREDO, 2005), tendo um processo de empobrecimento dessas famílias.

A construção de cercas, com privatização de terras antes de uso comum das comunidades, e o desmatamento para criação de gado são questões agravantes que ocasionam na perda e escassez do babaçu, que vem sendo chamado pelas comunidades de quebradeiras de coco babaçu de “coco preso”. A luta pelo acesso livre ao babaçu, bem como o direito à terra e ao território vem se articulando através de grupos organizados em defesa dessa prática extrativista. O enfrentamento dessas práticas, por esses grupos camponeses organizados vem trazendo algumas vitórias para as

quebradeiras de coco babaçu, rompendo o monopólio de compra a partir da constituição de cooperativas e possibilitando que os camponeses tenham controle sobre os preços de seus produtos. Nesse sentido, na região do médio Mearim, onde fica localizado o município de Lago do Junco, a consolidação da Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPPAESP) e a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPPALJ), são marcos importantes para perceber o protagonismo que esses grupos vêm ganhando, assim como, também, outras formas organizativas, como a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), Associação da Juventude Rural (AJR), dentre outros.

Este artigo foi elaborado a partir de busca bibliográfica com vistas a construir um panorama dos estudos em torno da organização e das lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, assim fizemos uma busca por material bibliográfica, documental e cartográfico, com especial atenção sobre a região onde se localiza o município lócus da pesquisa. Também realizamos trabalho de campo no município de Lago do Junco-MA, mais especificamente, na comunidade de Ludovico, importante referência na luta das quebradeiras de coco babaçu e da sua organização social, cultural e produtiva. Na comunidade, pudemos vivenciar algumas formas cotidianas das quebradeiras de coco, sua organização, perceber elementos importantes da construção de seu *ethos*. Nela, realizamos entrevistas com um roteiro de entrevistas aberto.

Também realizamos buscas de dados junto a órgãos como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que fazem um mapeamento acerca da destinação de subsídios da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) e que serviu de base de dados para conhecimento da destinação de recursos para as quebradeiras de coco babaçu, ferramenta esta que se faz importante para se compreender a importância da amêndoa de babaçu e de como vem sendo feita a política e a destinação de recursos a ela, principalmente no Maranhão. Além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Luta das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão

A história dos grupos de quebradeiras de coco babaçu está vinculada a sua própria identidade. Ser quebradeira de coco é parte do processo de se reproduzir

socialmente, o eixo da produção da vida. Dele deriva outros elementos, desde os religiosos, culturais, até os econômicos. Assim, o ser quebradeira de coco babaçu não é apenas uma identidade produtiva que se refere a uma atividade de subsistência, mas sim, muito mais amplo, tendo relação com a produção da vida e seus múltiplos aspectos, nesse sentido, ser, estar e ter, são verbos que andam juntos na compreensão do ser quebradeira. É a partir dessa premissa que fazemos as reflexões constantes nesse texto, analisando o que a implantação de uma política pública pode comprometer em relação a produção da vida com a produção econômica, articulando a produção do território, enquanto a produção da vida desses grupos, nos múltiplos aspectos que esse conceito nos trás, e que perpassa a identidade, o poder, e a materialidade.

A luta das quebradeiras de coco babaçu, historicamente, se fez em torno do que se convencionou chamar nas comunidades de babaçu livre. A construção de cercas e o desmatamento para criação de gado foram e são questões que ocasionam a perda e escassez do babaçu para a coleta, o que vem ocorrendo desde meados da segunda metade do século XX e acelerado pela consolidação e legalização do latifúndio através da chamada Lei Sarney de Terras.

A luta pelo acesso à terra e ao território das quebradeiras de coco veio se articulando através de grupos organizados em defesa das práticas extrativistas. O enfrentamento com o apoio desses grupos veio trazendo algumas vitórias para as quebradeiras de coco, sobretudo com a quebra o monopólio de compra e possibilitando que os camponeses tivessem controle sobre os preços de seus produtos.

A privatização das terras, limitando o acesso das quebradeiras de coco babaçu às matas de babaçual para realizar a coleta, gerou problemas para a reprodução dos grupos. Além disso, essa limitação era dada com a obrigação das mulheres venderem as amêndoas para o dono das terras e, muitas vezes, comprando os produtos de uso do cotidiano de cantinas na fazenda, o que também se tornou uma obrigação. Essa obrigação dava poder ao latifundiário de exercer o preço que lhe conviesse. Essa estrutura de domínio de terras, de domínio da produção dos grupos, de exploração dessa produção e do trabalho desses grupos, gerou um quadro de empobrecimento que atrelou o ser quebradeira de coco babaçu com a pobreza do estado do Maranhão, fazendo, inclusive, autores da Geografia Agrária brasileira descreverem os grupos camponeses como sendo sinônimos de pobreza e de preguiça, como o que é feito no texto do livro

“Paisagens e Problemas no Brasil”, de Manuel Correia de Andrade, no capítulo que ele trata de Meio Norte e que abarca os Estados do Piauí e do Maranhão e ao analisar a ocupação do território maranhense, ele trás a contraposição entre o que ele chama de nordestinos, migrantes vindos de outros estados da região, que são desbravadores e empreendedores, e os caboclos maranhenses, e que por “preguiça”, deixam o empreendedorismo de lado, se contentando com a coleta do babaçu (ANDRADE, 1969). Obviamente, essa descrição é carregada de estigmas com as populações locais e trás uma grande quantidade de evolucionismo em suas entrelinhas.

A organização dos camponeses nasceu dentro de um contexto de necessidade e de conflitos, em que as igrejas tiveram grande importância nas mobilizações, além dos clubes de mães e de mulheres que buscavam debater as condições com as quais as comunidades viviam. A partir desse reconhecimento de sua condição, dentro dessas instituições foi-se fortalecendo o debate e conseguiram unirem-se em busca da luta pelos seus direitos. Organizaram-se, mobilizaram-se atuando pela luta do acesso aos babaçuais e pela preservação de sua cultura e a não dependência aos fazendeiros, latifundiários. Os grupos se organizaram em torno das Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), sobretudo a partir da década de 1980, mas, também, com uma pressão forte para que os sindicatos rurais aceitassem as mulheres como sócias. Isso fez com que muitos sindicatos passassem de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) para Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Essa mudança indicava que os grupos de mulheres ganhavam força e mostrava que protagonismo da família camponesa não era do homem, mas sim, da mulher. Isso foi uma conquista para os grupos de quebradeiras de coco babaçu, trazendo a tona que esse grupo tem na mulher o centro de sua identidade e da sua produção material.

Entre as décadas de 1980 e 1990, as quebradeiras de coco babaçu passaram por um processo de organização, promovendo o fortalecimento da luta e da resistência de comunidades e populações. No caso específico das quebradeiras de coco e suas famílias de agroextrativistas de Lago do Junco, uma das consequências, no âmbito legal, é a aprovação de leis municipais que permitem o acesso desses grupos às matas de babaçu, mesmo as que se encontram em fazendas, as chamadas leis do babaçu livre.

Além disso, outra conquista é a visibilidade à sua estrutura organizativa a partir das cooperativas. Junto com esse elemento, no âmbito das políticas públicas,

conseguiram o acesso a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que foi implantada em 2009, pelo Governo Federal, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atuando de duas formas: A primeira é pela subvenção direta, em que o produtor extrativista vende ao comprador a amêndoa e recebe da CONAB o valor de diferença. A segunda é por via de cooperativas, que comercializam e recebem da CONAB o valor de subvenção, repassando para as quebradeiras o valor subvencionado através do que se convencionou chamar nas cooperativas de sobras. As cooperativas conseguiram atuar fortemente numa valorização dos produtos das quebradeiras coco babaçu, e a PGPM estipulou um preço mínimo para a amêndoa, aumentando a renda desses grupos.

Também se destaca a formação de um mercado dos subprodutos do babaçu: azeite, sabonete, óleo e farinha. A partir da renda obtida com a comercialização, essas mulheres quebradeiras de coco transformam seu território, possibilitando, também, mudar o seu consumo, sua forma de vida, seu próprio cotidiano e sua reprodução enquanto grupo. Por meio do associativismo e da formação de cooperativas, adquirem visibilidade e passam a negociar seus produtos com empresas nacionais e internacionais consolidando lugar de destaque no mercado.

A movimentação de mulheres quebradeiras de coco nos grupos de debate social, em seu início, foi desenvolvida dentro de grupos pastorais de igreja, clube de mães, os espaços religiosos permitiam esse debate e muito contribuíram para a mobilização coletiva no intuito de discutir sobre seu território e o espaço que ocupam e a partir daí se moldam as discussões sobre a produção do território camponês.

A produção do território se desenvolve a partir da ação inicial de debate de sua importância na reflexão acerca das transformações da realidade que se vivencia para um bem-estar dos indivíduos que dividem o mesmo território. Percebendo o espaço social como uma construção do ser humano (SANTOS, 2006), intermediado pelo espaço físico. Sendo este último construído a partir da relação tanto individual quanto no âmbito de sua coletividade. De forma a essas premissas constituírem-se de representações do espaço.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu são as atrizes principais e protagonistas dessa luta em defesa de sua cultura, da resistência e da força de

enfrentamento de conflitos de acesso à terra e acesso às áreas de babaçuais, o embate dessas mulheres com latifundiários e fazendeiros se deu de maneira intensa e acalorada. As quebradeiras antes faziam seu trajeto de ir buscar o coco babaçu em áreas vastas, pouco utilizadas, tendo o babaçu até os anos de 1950 uma importante economia no Maranhão (VALVERDE, 1957).

Com o passar do tempo, esta que antes era uma economia em efervescência, sendo o Maranhão reconhecido como “civilização do babaçu” (ANDRADE, 1969) devido a essa alta produtividade de seu fruto. Nos dias atuais vem sofrendo uma grande queda derivada de vários fatores que vão se sucedendo com o tempo, conforme pudemos constatar em trabalho de campo.

No contexto apresentado, as relações entre extrativistas e proprietários de terra, com a lei de incentivo a política agropecuária, chamada de Lei de Terras Sarney (2.979/1969) veio a piorar a vida dos camponeses. Fazendo se tornar ainda mais escassas as áreas de coleta. Perdendo as palmeiras de babaçu seu espaço para a expansão da pecuária e do agronegócio.

A constituição da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e demais organizações se fortaleceram e passam a criar um território de possibilidades de relações de poder simbólico e econômico a partir do compartilhamento de interesses voltados para demarcação de um espaço de luta e enfrentamento de barreiras políticas, sociais e de gênero na região do Médio Mearim.

Construção do Território e da Territorialidade das Quebradeiras de Coco

Nos parágrafos anteriores discutimos a relação do conceito de comunidade e a importância desse reconhecimento do outro dentro do mesmo ambiente. Partindo dessa análise podemos agora discorrer sobre o território que é produzido e dado a ele significados. O que nele se produz e reproduz tece a rede de relações econômicas, sociais, culturais, familiares que dão significado aos agentes humanos que ocupam e usam o espaço.

Os grupos de enfrentamento estabelecidos dentro de movimentos sociais reivindicatórios são berços para a luta por direito e justiça social, nessa perspectiva é fortalecido e intensificado os conceitos que abordam o que se discute por identidade. Destacando as palavras de Fernandes (2000, p.81) sobre identidade ao afirmar que “a vinculação expressa identidade dos membros com o movimento que constroem. Quanto maior a vinculação, mais orgânico é o movimento, condição fundamental para sua consolidação”. A identidade nessa perspectiva passa a ser o meio pelo qual se reconhece a força de um grupo.

Suas expressões fortalecem seu território, pois estão intrinsecamente envolvidas nas relações que são constituídas nas mais diversas dimensões sociais. Haesbaert (2005, pg.1774) compreende que o “Território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, não apenas tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

Nesse sentido, o poder é imaginado como provido de significados dados a ele que podem ser entendidos a partir de laços culturais e de uso do ambiente em que se vive e as relações que podem ser estabelecidas nesse espaço. Dentro do território se criam laços, se trocam experiências, dentro do lugar e das relações que vão se tecendo no cotidiano dos espaços ocupados. As aproximações construídas pelo reconhecimento e defesa de uma identidade coletiva enriquecem o espaço de socialização de comunidades tradicionais.

A construção de uma identidade coletiva está fortemente ligada à luta das quebradeiras de coco, que possibilita sua ascensão política e intervenção social, conseqüentemente, devido aos movimentos sociais que se criaram em favor da luta pelo reconhecimento de direitos que antes eram negados e para aplicação de políticas públicas que as beneficiem.

[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

A construção de um território deverá sempre ter como base esse conjunto de relações que se interligam e possibilitam seu desenvolvimento em espaços de luta e resistência. Eis a diferença do que seja espaço e o território. Pois, um lugar sem marcas do vivido, relações compartilhadas, heranças e memórias não é um território, é apenas um espaço “oco”.

Nesse contexto, da interação do ser humano, estabelece-se uma identidade, o conceito de identidade se faz na narrativa de que as pessoas ao conviverem em um mesmo território estabelecem e se reconhecem através de seu cotidiano, na vivência diária. A relação existente entre o indivíduo e a cultura é resultante de como o indivíduo interpreta, se comunica e vem a refletir em sua vivência dentro de um contexto, ou seja, o modo como ele se sociabiliza permite a construção de uma identidade social e a tomada de consciência de seu papel na sociedade.

Portanto, a consciência das realidades que vivem é fundamental para a construção da organicidade no processo de formação da identidade dos sujeitos de luta. E essa condição está associada à vinculação das famílias aos movimentos. (FERNANDES, 2000, p. 80).

A proximidade e o compartilhamento do seu cotidiano, sua cultura, modo de vida e trabalho faz com que se reconheçam portadores de uma identidade coletiva, baseada nas relações dentro de seu espaço. E manifestem-se para a preservação e constituição de melhorias para o ambiente que fazem parte.

Milton Santos (1996) entende que os laços que se dão em determinado local não devem ser visualizados, nem apreendidos numa perspectiva simplificada, desse modo ele analisa que as relações que se dão em um local são importantes em um olhar muito mais que econômico, os laços que unem os indivíduos no local de vivencia se atrela a um bem compartilhado, a realidade cotidiana baseada em suas práticas rotineiras de sobrevivência e o reconhecimento de um modo de vida em comum.

Dessa forma, podemos identificar nas comunidades tradicionais, e principalmente na visão das quebradeiras de coco, ao relacionarem a palmeira de babaçu como uma “mãe” que alimenta e dá seus proventos, uma relação que sai de uma visão simplista e reconhece que para essas famílias esse bem natural se expressa em um contexto de relações culturais e afetivas (BARBOSA, 2016).

A inter-relação estabelecida entre território e identidade nos faz refletir sua importância em torno da construção e da aquisição de políticas públicas para o meio

rural. A valorização de uma atividade sustentável ao meio ambiente e que permite um ganho econômico e preservação do meio ambiente traz um grande enfoque na contemporaneidade.

Direcionar uma política pública para o ambiente rural permite que a população daquela região, não tenha necessidade de sair de seu local para ir para os grandes centros urbanos como meta de vida, mas que fortaleçam sua cultura fomentem seus conhecimentos, saberes e desenvolvam na sua região uma economia que permita melhoria na qualidade de vida. As quebradeiras se reconhecem a partir da sua prática social, econômica e cultural da quebra do coco, tendo uma responsabilidade socioambiental que se estabelece através de um valor simbólico.

Essa nova forma de organização social se faz presente nos debates e discussões acerca do meio rural, as políticas que hoje são aplicadas são resultado de um longo processo de resistência nos grupos e movimentos sociais.

Essas duas categorias, Território e Identidade se ligam intrinsecamente. As relações que se dão no território trazem à tona sua carga de reconhecimento identitário. Nessa perspectiva de categorias e conceitos territoriais, entendemos um pouco da lógica de pertencimento a um território, que se constroem politicamente nos espaços de mobilização social e política.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu, anteriormente se isolavam, apesar de fazerem parte de um mesmo território, só vieram a se reconhecer como grupos a partir do momento que veem seu recurso escasso e as dificuldades enfrentadas no cotidiano para sua sobrevivência se alastram. Nesse cenário se uniram e lutaram por seu lugar, seu recurso natural e por sua economia.

Uma nova significação territorial é criada ultrapassando as barreiras geográficas tradicionais. Os conhecimentos, práticas cotidianas e a consciência da importância de valorizar suas relações ampliam as discussões e possibilitam um olhar não somente local. O rompimento de barreiras, o compartilhamento de experiências com base no que as mulheres quebradeiras de coco representam contribui para o fortalecimento de sua identidade.

Os movimentos sociais contribuem na produção do território, Raffestin (1993) em seus estudos fala acerca do território ser carregado de relações de poder e estas não necessariamente sejam de cunho político. Os indivíduos unem-se em grupos de

mobilização na busca da conquista por direitos e seu reconhecimento enquanto cidadãos.

Segundo Rêgo e Andrade (2005), a articulação dessas mulheres em movimentos sociais propiciou uma compreensão sobre si mesmas, visualizando no território e nas outras pessoas que participam desse mesmo contexto social um ponto de interação e integração. O estudo a luz da contribuição dos movimentos sociais (FERNANDES,2000) se faz importante no sentido de entender a partir de uma consciência coletiva as mudanças no espaço de vivência marcando o território.

A relação que estes estabelecem na construção das práticas dentro do seu lugar no cotidiano de suas ações e no trabalho humano realizado. A relação do homem com a natureza considerando seu espaço como um campo de trocas permanentes permite que o homem estabeleça nessa relação um vínculo tanto econômico quanto social.

Perante o exposto, as relações são necessárias para se constituir mecanismos que fazem a interação do ser consigo mesmo e com o outro, entendendo essas questões por meio de um processo mediado tanto pela ação humana quanto pelos símbolos que dela absorvemos. O compartilhamento de hábitos e crenças contribui para que nos reconheçamos membros de um grupo. Mecanismo para que nós seres humanos pratiquemos a interação no meio em que vivemos. Essa interação promove mudanças no comportamento de cada indivíduo, este que acaba influenciando no modo com o qual nos relacionamos e dá sentido as nossas ações.

Este ponto de interação possui intrinsecamente um mundo em si que vai além do contato físico, ele se estabelece e se alimenta de uma gama de símbolos e dessa forma compartilham de uma reconstrução e interpretações da atividade do sujeito e a tomada de consciência da sua condição diante do ambiente de contato.

A construção do território das quebradeiras de coco é marcada pelo constante embate dessas mulheres praticantes da atividade da quebra do coco para sustento e alimentação de suas famílias com os fazendeiros e proprietários de terra que, com o avanço dos negócios com pecuária e o desenvolvimento do agronegócio promovem a queima e o corte das palmeiras de babaçu para dar espaço a extensos hectares de criação de gado e plantações de milho, soja e demais produtos em grande escala produtiva.

Diante deste cenário, Rêgo e Andrade (2005) destacam como os movimentos sociais ganharam força e fizeram com que estas mulheres tomassem frente do

protagonismo da luta por terra e auxiliadas por embasamentos jurídicos lutarem para aprovação da Lei do Babaçu livre que teve sua primeira sanção no Município de Lago do Junco-MA no ano de 1997.

No município de Lago do Junco-MA, famílias de extrativistas conseguiram também criar uma cooperativa que auxilia mulheres a retirarem os atravessadores do comércio da amêndoa do babaçu e seus derivados. Com a presença dos atravessadores as mulheres perdem lucro, os atravessadores intermediam o mercado da amêndoa do babaçu e com isso estas mulheres quebradeiras conseguem um valor irrisório pelo quilo da amêndoa, de forma a desvalorizar seu trabalho e desmotivar sua prática.

Através da implantação da cooperativa estas mulheres e suas famílias puderam organizar-se e adquirirem autonomia na comercialização da amêndoa de babaçu. Se tendo um controle através da cooperativa, procurava-se estabelecer uma base para a venda do quilo do babaçu e com isso conseguem ir retirando atravessadores.

A cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco tem poder de estabelecer um valor mínimo de venda nessa região, os valores dessa região são os maiores por quilo. Esse incentivo no pagamento feito pelo quilo da amêndoa, em que feito à coleta da produção dos associados nas cantinas¹, a amêndoa é levada até a sede da cooperativa e lá é extraído o óleo que será comercializado no mercado nacional e internacional.

Em relação a outras regiões no Maranhão e constatando a força do cooperativismo percebemos que os preços variam muito. Em Ludovico, povoado do município de Lago do Junco os agroextrativistas através do seu esquema de associativismo afastam os atravessadores e dominam o mercado de venda do babaçu na região, estabelecendo um valor significativo por quilo de coco que em 2017, estava na média de R\$1,90. A média atual de comercialização do quilo no ano de 2019 saiu por R\$ 2,95. Em outros municípios o valor de mercado oscilava entre R\$1,40; 1,70 e 1,65 entre os anos de 2016 e 2018. Em 2019 ficou na faixa de R\$2,50 o valor do quilo vendido.

Em 2018, no Maranhão, foram produzidas cerca de 47 mil toneladas de amêndoa de babaçu. No Estado, A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) pagou no

¹ Pontos de comercialização instalados na comunidade pela Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco-MA. Onde se compra a amêndoa produzida pelos associados e não associados e vendem-se produtos da cesta básica

mesmo ano aproximadamente R\$ 3,7 milhões em subvenções. Foram cerca de duas mil e quinhentas quebradeiras de coco beneficiadas.

No ano de 2019, o Governo do Estado do Maranhão, em parceria com entidades cooperativistas como a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) e Lago dos Rodrigues inaugurou uma agroindústria de processamento de óleo babaçu orgânico na sede da COPPALJ. A cooperativa produzia óleo de babaçu sem refino. Com a chegada de novos equipamentos, passaram a refinar o óleo. Dando a ele mais valor no mercado. Além de ser reconhecido mundialmente pelo refino do óleo orgânico com certificação da IBD.

Em setembro deste ano de 2020, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) liberou o pagamento de subvenções no valor de R\$ 450 mil para as extrativistas da amêndoa de babaçu no Maranhão. Por intermédio da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sócio-biodiversidade (PGPM-Bio), e recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Poção de Pedras foram 264 extrativistas que receberam o pagamento do PGPM. Aproximadamente 165 toneladas de amêndoa de babaçu foram comercializadas através dessa política. O PGPM-Bio visa amenizar os impactos negativos da baixa dos produtos que em um valor inferior ao preço mínimo estabelecido mantém um incentivo que assegura a remuneração dos extrativistas do babaçu.

A parceria entre o Governo do Estado, através do Sistema de Agricultura Familiar (SAF), da COPPALJ e da Associação em Área de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA) valoriza e incentiva a resistência da economia extrativa. Além de reconhecer a importância dessas entidades para a região, também é fonte de renda para mais de 2 mil famílias de modo direto e indireto.

Essa valorização de preço da amêndoa do babaçu em Lago do Junco se faz mecanismo de melhoria das condições de vida dos trabalhadores (as) extrativistas do coco na região. Além de proporcionar uma importante contribuição do trabalho feminino na renda familiar, aumentando o poder de compra dessas famílias dando reconhecimento ao trabalho dessas mulheres.

A autonomia das famílias através da implantação da cooperativa possibilita que se estabeleça um novo sentido para suas vidas, uma nova territorialidade que é entendida por Raffestin (1993, p. 158):

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos homens de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Pensando dessa forma, a territorialidade é criada a partir do momento em que elas modificam seu cotidiano, transformam sua realidade através da implantação da cooperativa. Ressignificando suas práticas através do novo fazer da vida. Reestruturando sua realidade através da participação das quebradeiras no mercado de compra e venda de babaçu e seus produtos derivados.

Dessa forma, as instituições associativas e de cooperativismo criam uma rede que tem como objetivo possibilitar uma alternativa de enfrentamento de uma realidade adversa às famílias que buscam sobreviver por meio do extrativismo. A partir dessa ótica, o sistema cooperativista carrega uma série de benefícios e contribui para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato enfrenta uma luta constante a fim de se erguer contra os esquemas de dominação e subordinação com os quais têm que lidar no seu cotidiano. Os movimentos sociais nascem como uma das principais ferramentas com que estes camponeses podem contar para lutar por condições de vida melhor dentro do espaço que ocupam e em favor da construção e proteção do seu território. Contribuindo para que realmente aconteçam transformações no seu ambiente de vivência. Com apoio dos movimentos sociais as quebradeiras de coco babaçu tem a oportunidade de abertura de um espaço para serem ouvidas e garantam sua existência e resistência frente às dificuldades que enfrentaram e continuam a enfrentar.

Através dos movimentos sociais as quebradeiras de coco puderam adquirir espaços de luta e resistência. Alicerçadas em uma postura de combate à destruição dos

recursos naturais, a identidade das quebradeiras de coco vem se fortalecendo a partir do momento que se unem e assumem dentro de movimentos de resistência e luta pelo acesso a terra e a coleta do babaçu.

A luta e a resistência das quebradeiras são marcadas pelo constante enfrentamento principalmente das mulheres contra ações de fazendeiros e latifundiários que ameaçam o cotidiano de comunidades tradicionais atrapalhando a sobrevivência de sua cultura, preservação de seu território e construção da sua territorialidade.

Nesse processo, a organização de movimentos sociais ganhou força e possibilitou ultrapassar barreiras impostas pelos donos de terra e latifundiários. A participação das mulheres quebradeiras de coco nos movimentos de luta e preservação de recursos naturais forma uma identidade coletiva a qual eles se reconhecem pela atividade da quebra do coco. A partir desse olhar, constroem sua territorialidade e são incentivadas com a inserção de políticas públicas no cotidiano rural, inseridas por intermédio da cooperativa, como é o caso da COPPALJ, cria-se um novo território marcado pelas relações de produção e de poder. Através das organizações se estabelecem novas formas de poder, marcadas pelo uso sustentável da terra e de uma economia que gira em torno de um recurso natural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Na **Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão**/Viviane de Oliveira Barbosa. Jundiaí, Paco Editorial: 2016

BRANDÃO, C. R.; BORGES, Maristela Corrêa. O lugar da vida - Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo - Território**, v. 9, p. 1-23, 2014.

CONAB – **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>

CORDEIRO, Renata dos Reis. **VELHOS CONFLITOS EM NOVAS CAUSAS: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. (2008).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica.** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **Dinâmica da Expansão da Soja e as Novas Formas de Organização do Espaço na Região de Balsas – MA, UFRJ/PPGG, 2008.** (tese de doutorado)

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público-lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.** MS thesis. Universidade Federal do Pará, 2005.

FIGUEIREDO, Roberta Maria Batista de. **Ações de resistência de famílias extrativistas no Maranhão em face do uso industrial de carvão de coco babaçu por usinas de ferro gusa.** Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. (tese de doutorado)

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. **Encontros de Geógrafos da América Latina.** X, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo, X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, Josoaldo Lima; PAULA ANDRADE, Maristela de. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. *Agrária*, São Paulo, nº 03, pp. 47-57, 2005.
<https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i3p47-57>

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo.** - Fortaleza-CE, 2016. (tese de doutorado)

SAMPAIO, J. L. F. (Org.); ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de (Org.) ; SILVA, C. N. M. (Org.) ; VASCONCELOS, F. M. T. (Org.) . **Espaços, natureza e resistência camponesa no Nordeste.** 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. v. 1. 431p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/Milton Santos.** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** 6ª Edição. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2008.

SERPA, A. A teoria das representações segundo Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da Geografia. *GEOUSP -Espaço e Tempo*, São Paulo, v.18, n.3, p.487-495,2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.83538>

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. In: **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, ano XIX, n. 4, out./dez. 1957, p. 381-416.